

Paulo Lôbo

Direito Civil

Obrigações
volume 2

11ª edição●

2023

saraiva  jur

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

L799d Lóbo, Paulo

Direito Civil: Obrigações v. 2 / Paulo Lôbo. – 11. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.
376 p.

ISBN 978-85-5362-832-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2022-2970

CDD 347
CDU 347**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

1187848

Data de fechamento da edição: 10-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.



Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Estevão Bula Gonçalves

Design e Produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Flavio Teixeira Quarazemin
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão Carolina Mihoko Massanhi
Capa Deborah Mattos

Adaptação de capa Lais Soriano
Produção gráfica Marti Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

COD. OBRA 15725 CL 608069 CAE 818273

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Direito das Obrigações.....	15
1.1. Direito das Obrigações.....	15
1.2. Obrigações Não Incluídas no Campo Próprio do Direito das Obrigações.....	17
1.3. Constitucionalização do Direito das Obrigações	20
CAPÍTULO II	
Obrigações Civis	23
2.1. Conceito de Obrigações.....	23
2.2. Pressupostos das Obrigações	24
2.3. Distinção entre Dívida e Obrigação	26
2.4. Execução Forçada	26
2.5. Dívida e Responsabilidade	28
2.6. O Papel da Causa nas Obrigações	32
2.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado.....	33
CAPÍTULO III	
Fontes das Obrigações	37
3.1. Classificação das Fontes.....	37
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes.....	40
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro	41
3.2. Nossa Posição	43
CAPÍTULO IV	
Relação Jurídica Obrigacional.....	46
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa	46

4.2.	Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos	50
4.3.	Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro	51
4.4.	Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros	52
4.5.	Tutela Externa do Crédito	53
4.6.	A Relação Obrigacional como Processo	56

CAPÍTULO V

Prestação	59	
5.1.	A Prestação como Objeto da Obrigação	59
5.2.	Direito à Prestação ou Direito de Crédito	60
5.3.	Licitude da Prestação	61
5.4.	Determinação da Prestação	62
5.5.	Possibilidade e Impossibilidade da Prestação	64
5.5.1.	Superendividamento: Impossibilidade Subjetiva da Prestação	66
5.6.	Prestações Instantâneas e Duradouras	69
5.7.	Imputação de Responsabilidade	69

CAPÍTULO VI

Deveres Gerais de Conduta nas Obrigações	71	
6.1.	Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta	71
6.2.	Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações	75
6.2.1.	Deveres de boa-fé pré e pós-obrigacionais	77
6.2.2.	Dever de boa-fé em não agir contra os atos próprios	78
6.3.	Dever de Realizar a Função Social	81
6.4.	Dever de Equivalência Material das Prestações	83
6.5.	Dever de Equidade	85
6.6.	Dever de Informar	87
6.7.	Dever de Cooperação	91

CAPÍTULO VII

Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão	94	
7.1.	Direitos sem Pretensão	94
7.2.	Dívidas Prescritas	96
7.3.	Obrigações Judicialmente Inexigíveis	97
7.4.	Dívidas de Jogo e de Aposta	98

CAPÍTULO VIII

Obrigações de Fazer e de Não Fazer	100
---	------------

8.1.	Primazia das Obrigações de Fazer	100
8.2.	Obrigações de Fazer.....	101
	8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer	102
	8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer.....	104
8.3.	Obrigações de Não Fazer	105
	8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer	107
	8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer.....	108
CAPÍTULO IX		
	Obrigações de Dar	110
9.1.	Obrigações de Dar	110
9.2.	Obrigações de Dar Coisa Certa.....	111
	9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	112
	9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos.....	113
9.3.	Obrigações de Restituir.....	113
9.4.	Obrigações de Dar Coisa Futura	115
9.5.	Obrigações de Dar Coisa Incerta.....	116
	9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta	119
CAPÍTULO X		
	Obrigações Alternativas	120
10.1.	Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha	120
	10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas.....	122
10.2.	Impossibilidade da Prestação Alternativa.....	123
10.3.	Obrigações Facultativas	125
CAPÍTULO XI		
	Obrigações Indivisíveis e Divisíveis	126
11.1.	Obrigações Indivisíveis	126
11.2.	Obrigações Divisíveis.....	128
11.3.	Pluralidade de Participantes	130
	11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores.....	131
11.4.	Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível	132
CAPÍTULO XII		
	Obrigações Solidárias.....	133
12.1.	Obrigações Solidárias.....	133
12.2.	Solidariedade Ativa.....	136
12.3.	Solidariedade Passiva	141

12.3.1. Mora na solidariedade passiva	144
12.4. Na Fiança Não Há Solidariedade	144
12.5. Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário.....	145
12.6. Rateio entre os Devedores Solidários	146
12.7. Impossibilidade da Obrigação Solidária	148
12.8. Extinção da Obrigação Solidária.....	148

CAPÍTULO XIII

Transmissão das Obrigações	150
13.1. Transmissão de Créditos e Dívidas	150
13.2. Cessão de Crédito	151
13.2.1. Forma da cessão de crédito.....	155
13.2.2. Notificação do devedor	156
13.2.3. Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão.....	157
13.2.4. Cessões legais de crédito.....	158
13.2.5. Responsabilidades do credor cedente.....	158
13.2.6. Créditos intransmissíveis.....	160
13.2.7. Pluralidade de cessões de crédito	161
13.3. Assunção de Dívida	162
13.3.1. Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida	164
13.3.2. Assunção de adimplemento	166
13.4. Cessão de Contrato	166

CAPÍTULO XIV

Adimplemento	168
14.1. Concepção do Adimplemento	168
14.2. Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir).....	171
14.3. Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir)	173
14.4. Objeto do Adimplemento.....	176
14.4.1. Moeda como meio de pagamento. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	177
14.4.2. A correção monetária do valor da prestação	180
14.4.3. Índices e parâmetros de atualização monetária.....	181
14.4.4. Proibições e limitações de índices de correção monetária	182
14.4.5. Correção monetária excessiva como cláusula abusiva	183
14.4.6. Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes....	184
14.5. Prova do Adimplemento. Quitação.....	187
14.6. Lugar do Adimplemento	191

14.7.	Tempo do Adimplemento. Prazo de Graça	193
14.8.	Adimplemento Substancial.....	195

CAPÍTULO XV

Modos Eventuais de Adimplemento	200	
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais.....	200
15.2.	Consignação em Adimplemento.....	200
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação.....	206
15.4.	Imputação do Adimplemento.....	209
15.5.	Dação em Adimplemento.....	211
15.6.	Compensação	215
15.6.1.	Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação	220
15.6.2.	Hipóteses de exclusão da compensação	221
15.7.	Confusão	223
15.8.	Novação	225
15.9.	Remissão de Dívida	230

CAPÍTULO XVI

Inadimplemento das Obrigações.....	233	
16.1.	Inadimplemento em Geral	233
16.1.1.	Culpa ou dolo no inadimplemento.....	237
16.1.2.	Caso fortuito e força maior	238
16.2.	Mora.....	238
16.2.1.	Mora do devedor.....	241
16.2.2.	Mora do credor	243
16.2.3.	Purgação da mora	245
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor.....	246
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento.....	249
16.5.	Juros.....	252
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento	258
16.7.	Violação Positiva da Obrigação	262
16.8.	Inadimplemento Antecipado.....	265

CAPÍTULO XVII

Cláusula Penal.....	266	
17.1.	Características	266
17.2.	Funções da Cláusula Penal.....	267
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal	271
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade	273

CAPÍTULO XVIII	
Obrigações Oriundas de Atos Unilaterais	276
18.1. Atos Unilaterais	276
18.2. Promessa de Recompensa	276
18.3. Concurso de Direito Privado.....	280
18.4. Gestão de Negócios Alheios	282
18.5. Enriquecimento sem Causa	285
18.6. Pagamento Indevido	288
CAPÍTULO XIX	
Responsabilidade Civil em Geral.....	292
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral.....	292
19.2. A Responsabilidade no Direito	294
19.3. Noção de Responsabilidade Civil	295
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil	298
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil	301
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva	302
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano	305
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil..	307
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial	310
19.10. Principais Classes de Responsabilidade Civil.....	313
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa).....	313
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva.....	316
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva	317
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano	319
19.15. Pré-Exclusão de Ilícitude e Responsabilidade Civil	320
19.16. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas	321
19.17. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga....	322
19.18. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual.....	323
19.19. Responsabilidade Civil por Ilícito Lucrativo.....	327
CAPÍTULO XX	
Danos.....	329
20.1. Dano em Geral.....	329
20.2. Classes de Danos	330
20.3. Dano Patrimonial ou Material	333
20.3.1. Perda de chance.....	334
20.4. Dano Moral.....	336
20.5. Dano Estético.....	340
20.6. Dano Existencial.....	342

CAPÍTULO XXI

Reparação Civil	345
21.1. Dever de Reparação do Dano.....	345
21.2. Direito à Reparação	347
21.3. Espécies de Reparação.....	347
21.4. Abrangência da Reparação	350
21.5. Reparação do Dano Moral	350
21.6. Reparação Punitiva	352
21.7. Reparação por Fato do Homem.....	354
21.7.1. Danos sociais	357
21.8. Reparação pelo Fato do Animal	358
21.9. Reparação pelo Fato da Coisa	359
21.10. Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal.....	360
21.11. Reparações Específicas	362
Bibliografia	365

Paulo Lôbo

Direito Civil

Famílias

volume 5

11ª edição
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Mana (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Ciarelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Gledson Zifssak
Revisão	Denise Pisaneschi
Capa	Casa de Ideias/Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo

Direito civil - volume 5: famílias / Paulo Lôbo. – 11. ed. –
São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
480 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-5559-364-8 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. 2. Direito de família – Jurisprudência
- Brasil. 3. Direito de família – Legislação - Brasil. I. Título.

CDD 344.6

CDU 347.6(81)

20-0722

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil

Data de fechamento da edição: 3-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606895 CAE 744684

SUMÁRIO

Apresentação	15
CAPÍTULO I	
Família Brasileira: Origens e Dimensões Jurídicas.	17
1.1. Introdução	17
1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas	19
1.3. Repersonalização das Relações de Família.	22
1.4. Socioafetividade e Parentalidade.	26
1.5. Constitucionalização das Famílias e de seus Fundamentos Jurídicos.	32
CAPÍTULO II	
Direito de Família	36
2.1. Conteúdo e Abrangência	36
2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência	38
2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro	41
2.4. Direito Público ou Privado?	45
2.5. Tipos de Famílias segundo os Fins Legais.	47
2.6. Interação com o Direito das Sucessões	48
2.7. Interferências dos Outros Ramos do Direito Civil	49
2.8. Tutela da Privacidade e a Mediação Familiar	50
2.9. Direito de Família Intertemporal	51
CAPÍTULO III	
Princípios do Direito de Família	55
3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família.	55
3.1.1. Princípio da Laicidade	57
3.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Família	58
3.3. Princípio da Solidariedade Familiar	60
3.4. Princípio da Igualdade Familiar e Direito à Diferença	63
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros.	65

3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro . . .	68
3.5. Princípio da Liberdade Familiar	70
3.6. Princípio da Responsabilidade Familiar	72
3.7. Princípio da Afetividade.	74
3.8. Princípio da Convivência Familiar	77
3.9. Princípio do Melhor Interesse da Criança.	79

CAPÍTULO IV

Entidades Familiares	81
4.1. Pluralismo das Entidades Familiares e dos Âmbitos da Família.	81
4.2. Da Demarcação Jurídico-Constitucional das Entidades Familiares.	84
4.3. Das Normas Constitucionais de Inclusão.	85
4.4. Do Melhor Interesse das Pessoas Humanas que Integram as Entidades Familiares.	87
4.5. Família Monoparental	87
4.6. União Homoafetiva	89
4.7. Famílias Recompuestas	92

CAPÍTULO V

Casamento	97
5.1. Validade e Eficácia do Casamento	97
5.2. Casamento Religioso	100
5.3. A Idade Núbil ou a Capacidade para Casar	103
5.4. Impedimentos Matrimoniais em Geral	105
5.5. Tipos de Impedimentos Matrimoniais	107
5.6. Causas Suspensivas do Casamento	110
5.7. Habilitação para o Casamento	111
5.8. Celebração e Registro do Casamento	113
5.9. Casamentos em Situações Extremas	117
5.10. Prova do Casamento e Posse do Estado de Casado	118
5.11. Casamento no Estrangeiro	119

CAPÍTULO VI

Invalidez do Casamento	121
6.1. Peculiaridades e Espécies de Invalidez do Casamento	121
6.2. Nulidade do Casamento	122
6.3. Anulabilidade do Casamento	125
6.4. Erro Essencial sobre a Pessoa do Outro Cônjuge	128
6.5. Prazos Decadenciais para Anulação do Casamento.	131
6.6. Casamento Putativo	133

CAPÍTULO VII

Eficácia do Casamento.	135
7.1. Plano da Eficácia e Direção da Sociedade Conjugal	135
7.2. Alteração ou Adoção de Sobrenome com o Casamento	137
7.3. Deveres Comuns e Igualdade Conjugal	138
7.4. Dever de Fidelidade Recíproca	140
7.5. Dever de Respeito e Consideração Mútuos	142
7.6. Dever de Vida em Comum, no Domicílio Conjugal	142
7.7. Dever de Mútua Assistência	143
7.8. Dever de Sustento, Guarda e Educação dos Filhos	144
7.9. Descumprimento dos Deveres Conjugais.	145

CAPÍTULO VIII

Divórcio e Separação	147
8.1. O Divórcio, seus Antecedentes e a Mudança Constitucional	147
8.2. Extinção da Separação Judicial e de Causas ou Prazos para o Divórcio .	149
8.3. Tipos de Divórcio no Direito Brasileiro Atual	152
8.4. Critérios Comuns aos Divórcios Judiciais.	154
8.5. Divórcio Consensual Extrajudicial.	156
8.6. Efeitos do Divórcio. Partilha dos Bens Comuns.	158
8.7. Desconsideração da Personalidade Jurídica em Razão do Divórcio. . .	160
8.8. Efeitos Essenciais do Divórcio	161
8.9. Consequências da Extinção da Separação Judicial	163
8.10. Separação de Corpos e Separação de Fato.	164

CAPÍTULO IX

União Estável	168
9.1. Origens e Características da União Estável.	168
9.2. Requisitos e Natureza da União Estável	172
9.3. Namoro e União Estável	175
9.4. Quando se Inicia a União Estável.	177
9.5. Direitos e Deveres	179
9.6. Regime de Bens	180
9.7. Conversão da União Estável em Casamento.	184
9.8. Extinção da União Estável	186
9.9. Uniãos Estáveis Paralelas	188
9.10. Uniãos Estáveis Putativas	190
9.11. União Estável Concubinária.	191

CAPÍTULO X

Direito à Convivência e Proteção dos Filhos	195
10.1. Proteção dos Filhos como Direito à Convivência	195
10.2. Direito à Convivência do Filho de Pais Separados	196
10.3. Direito à Convivência Compartilhada (“Guarda Compartilhada”)	198
10.3.1. Coparentalidade	204
10.4. Guarda Unilateral	205
10.5. Direito de Visita na Guarda Unilateral	209
10.6. Alienação Parental	211

CAPÍTULO XI

Relações de Parentesco	213
11.1. Parentesco no Direito Brasileiro	213
11.2. Origens e Modalidades do Parentesco	214
11.3. Parentesco em Linha Reta	215
11.4. Parentesco Colateral	217
11.5. Graus de Parentesco e sua Contagem	218
11.6. Parentesco por Afinidade	220

CAPÍTULO XII

Direito de Filiação	223
12.1. Conceito de Filiação	223
12.2. Igualdade da Filiação	224
12.3. Direito ao Planejamento Familiar	225
12.4. Modos e Presunções Legais de Concepção dos Filhos	226
12.5. Inseminação Artificial Homóloga	229
12.5.1. Gestação por substituição	231
12.6. Inseminação Artificial Heteróloga	234
12.7. As Presunções de Filiação na União Estável	236
12.8. Filiação Socioafetiva	237
12.8.1. Direito ao conhecimento da origem genética	240
12.8.2. Parto anônimo	241
12.9. Prova da Filiação	242
12.10. Validade e Eficácia do Registro de Nascimento	244
12.11. Posse de Estado de Filiação	246
12.12. Legitimidade para a Prova Judicial da Filiação	247
12.13. Multiparentalidade e Filiação	249
12.13.1. Tese do STF de Repercussão Geral – Tema 622	251

CAPÍTULO XIII

Dúvidas e Impugnação da Filiação	258
13.1. Novas Núpcias da Mulher	258
13.2. Impotência para Gerar	260
13.3. Presunção de Paternidade e o Adultério da Mãe	261
13.4. Impugnação da Paternidade pelo Marido da Mãe	262
13.5. Reconfiguração da Presunção <i>Pater Is Est</i>	265
13.6. Impugnação da Maternidade pela Suposta Mãe	266
13.7. “Adoção à Brasileira”	268

CAPÍTULO XIV

Reconhecimento de Filho	271
14.1. Direito ao Reconhecimento Voluntário de Filho	271
14.2. Natureza do Reconhecimento de Filho	273
14.3. Modalidades de Reconhecimento Voluntário	274
14.4. Irrevogabilidade e Incondicionalidade do Reconhecimento	277
14.5. Direito do Filho a Residir com o Genitor que o Reconheceu	279
14.6. Guarda do Filho Reconhecido	280
14.7. Investigação da Paternidade e da Maternidade	281
14.8. Consentimento e Impugnação do Reconhecimento pelo Filho	284

CAPÍTULO XV

Adoção	288
15.1. Características, Evolução e Fundamentos Constitucionais	288
15.1.1. Evolução da adoção no direito	291
15.2. Legitimados a Adotar	293
15.3. Estágio de Convivência	295
15.4. Consentimento para Adoção e Hipóteses de sua Dispensa. Entrega pela Gestante para Adoção	296
15.5. Adoção por duas Pessoas. Adoção póstuma	300
15.6. Adoção de Maiores de 18 Anos	301
15.7. Requisitos do Processo Judicial. Adoção <i>Intuitu Personae</i>	302
15.8. Efeitos da Adoção	305
15.9. Adoção Internacional	308

CAPÍTULO XVI

Autoridade Parental (Poder familiar)	312
16.1. Transformação do Pátrio Poder na Autoridade Parental	312
16.2. Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	316
16.3. Os Pais como Únicos Titulares da Autoridade Parental	317

16.4.	Titularidade da Autoridade Parental pelos Pais Separados.	318
16.5.	Exercício da Autoridade Parental	319
16.6.	Suspensão e Extinção da Autoridade Parental.	323
16.7.	Perda da Autoridade Parental	325
16.8.	Abandono Afetivo do Filho	328
16.9.	Responsabilidade Civil dos Pais	331
16.10.	Representação, Assistência e Curatela dos Filhos	333
16.11.	Administração e Usufruto dos Bens dos Filhos.	334

CAPÍTULO XVII

Regime Matrimonial de Bens	338	
17.1.	Liberdade de Convenção e Mudança de Regime	338
17.2.	Regime Legal Dispositivo.	343
17.3.	Regime Legal Obrigatório	344
17.4.	Efeitos Comuns entre os Cônjuges, em Qualquer Regime de Bens.	347
17.5.	Atos Proibidos ao Cônjuge sem Autorização do Outro.	351
17.6.	Responsabilidade Civil do Cônjuge pela Má Gestão dos Bens Comuns e Privativos.	354
17.7.	Pacto Antenupcial	357
17.8.	Regime de Bens no Casamento com Estrangeiro	362
17.9.	Usucapião entre Ex-Cônjuges ou Ex-Companheiros	362
17.10.	Direito Intertemporal dos Regimes de Bens	364

CAPÍTULO XVIII

Regime de Comunhão Parcial	366	
18.1.	Bens Comuns e Bens Particulares.	366
18.2.	Bens que Entram na Comunhão	367
18.3.	Bens, Valores e Obrigações Excluídos da Comunhão	369
18.4.	Exclusão por causa de Aquisição Anterior ao Casamento	372
18.5.	Bens Móveis.	373
18.6.	Administração dos Bens Comuns e Responsabilidade pelas Dívidas.	373
18.7.	Administração dos Bens Particulares e Dívidas Respectivas	375

CAPÍTULO XIX

Regimes de Bens Matrimoniais Facultativos	376	
19.1.	Regime de Comunhão Universal	376
19.2.	Regime de Separação de Bens.	380
19.3.	Regime de Participação Final nos Aquestos	383
19.3.1.	Patrimônio próprio de cada cônjuge.	385
19.3.2.	Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	386

19.3.3. Dívidas dos cônjuges	390
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	392
19.3.5. Outros efeitos do regime de participação final nos aquestos	393
CAPÍTULO XX	
Alimentos	395
20.1. Natureza, Características e Fundamentos	395
20.1.1. Transação, conciliação e compensação	399
20.1.2. Renúncia aos alimentos	400
20.2. Requisitos de Necessidade, Possibilidade e Razoabilidade	401
20.3. Obrigação Solidária ou Subsidiária?	403
20.4. Titulares dos Alimentos ou Alimentandos	404
20.4.1. Ex-cônjuges e ex-companheiros	407
20.4.2. Alimentos gravídicos	408
20.5. Devedores dos Alimentos ou Alimentantes	409
20.6. O Fator Culpa na Atribuição dos Alimentos	412
20.7. Fixação dos Alimentos	413
20.7.1. Alimentos provisionais e alimentos transitórios	416
20.8. Atualização e Revisão dos Alimentos	417
20.9. Extinção	419
20.10. Prisão Civil do Devedor	422
20.11. Compensação Econômica (Alimentos Compensatórios)	425
CAPÍTULO XXI	
Bem de Família	429
21.1. Conceito, Evolução e Tipos	429
21.2. Objeto do Bem de Família Legal	431
21.3. Bens e Dívidas Excluídos do Bem de Família Legal	435
21.4. Beneficiários do Bem de Família Legal	437
21.5. Fraude Contra Credores e Desconsideração da Pessoa Jurídica	438
21.6. Instituição de Bem de Família Voluntário	439
21.7. Objeto do Bem de Família Voluntário	440
21.8. Beneficiários do Bem de Família Voluntário	443
21.9. Exclusões da Impenhorabilidade e Proibições	444
21.10. Extinção do Bem de Família Voluntário	445
CAPÍTULO XXII	
Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	446
22.1. Finalidades e Distinções	446
22.2. Escolha e Nomeação do Tutor	447

22.3. Incapacidade de Exercício e Escusa da Tutela	450
22.4. Exercício da Tutela	452
22.5. Prestação de Contas pelo Tutor	455
22.6. Extinção da Tutela	456
22.7. Curatela	456
22.8. Tomada de Decisão Apoiada	461
Bibliografia	465